

EDITORIAL

Dez anos de experiências das SDRs: orçamento regionalizado e descentralização administrativa do estado de Santa Catarina

Passados mais dez anos da implementação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), a edição número 4 da Revista NECAT analisa os principais resultados das políticas de desenvolvimento regional atreladas às estratégias de descentralização político-administrativas adotadas pelo governo de Santa Catarina.

A partir de 2003, Santa Catarina se deparou com a proposta de um novo modelo de gestão e uma nova estrutura organizacional para a administração do Estado. Este novo modelo propunha a criação de um fórum permanente para debater o uso e aplicação dos recursos públicos de forma descentralizada e regionalizada, o que permitiria maior interferência dos cidadãos na tomada de decisão sobre os destinos dos recursos orçamentários do Estado.

O desenho da descentralização criou, inicialmente, 29 Secretárias (SDRs) articuladas cada uma a um Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR). Esses conselhos deveriam servir de instâncias de decisão coletiva, atendendo às condições do orçamento regionalizado e audiências públicas em vigor desde 1997.

As justificativas utilizadas para a criação das SDRs identificavam a incapacidade do governo centralizado na capital para atender as demandas regionais, bem como a falta de políticas que potencializassem os projetos de desenvolvimento regionalizados. A proposta visava garantir a eficiência e eficácia dos serviços públicos e a redução das disparidades regionais, além de ampliar a democracia nas regiões e nos locais de sua implantação.

Esse novo modelo de gestão também objetivava desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão. Como um braço operacional do Estado nas regiões, propunha-se a dar contribuições relevantes para a superação dos entraves do desenvolvimento catarinense. Significava, ainda, estancar a perda de população das cidades do interior do estado pelo processo da migração, gerando o que se convencionou chamar de “litoralização”.

A discussão elaborada pelos autores dos artigos selecionados perpassa o contexto histórico das experiências de planejamento em Santa Catarina e sua relação com o desenvolvimento nacional, regional e local, uma vez que estes analisam e esclarecem temas importantes e controversos destas experiências e questionam, desde as origens, os resultados das estratégias propostas como novo modelo para o desenvolvimento regional e local através da criação das SDRs e CDRs.

No primeiro artigo, assinado por Juliano Giassi Goularti – economista e mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB –, são apresentadas as experiências de Santa Catarina com o orçamento estadual regionalizado, com ênfase na trajetória e nos resultados de 1997 a 2013. O autor analisa as dotações orçamentárias de acordo com dois critérios: o disponível e o realizado. Os resultados demonstram um descompasso entre essas duas esferas de análise, sendo que o realizado concentrou-se nas regiões economicamente mais desenvolvidas, o que contribuiu, na visão do autor, para acirrar ainda mais as disparidades regionais. Além disso, ressalta-se a falta de efetividade das prioridades definidas nas audiências públicas.

O segundo artigo, elaborado por Luciane Tischler Rudnick e Marcos Antônio Mattedi - da Universidade do Contestado (UnC), Canoinhas (SC) - oferece uma análise comparativa dos investimentos repassados desde de 2003 até 2009 em 11 SDRs selecionadas. Os autores buscaram compreender as políticas de descentralização elaboradas em cada SDR, com dados dos relatórios de avaliação de resultados. Este procedimento permitiu comparar os resultados das atividades realizadas com os objetivos da descentralização, ou seja, sua consonância com a redução das desigualdades regionais. Rudnick e Mattedi partem da suposição de que os recursos deveriam ser investidos estrategicamente nas regiões menos desenvolvidas. Corroborando as hipóteses do primeiro artigo e considerando-se as diferenças regionais, os resultados obtidos por este estudo constatou que o maior volume dos recursos disponibilizados pelas SDRs foi investido nas regiões mais desenvolvidas e próximas do litoral, ou seja, Grande Florianópolis, Blumenau e Criciúma.

O terceiro artigo, escrito por Vanessa Krützmänn, Angélica Massuquetti e Eduarda Silveira - da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS) –, analisou o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e sua relação com os resultados das atividades das SDRs da Grande Florianópolis, Blumenau e Joinville entre os anos de 1991 e 2010. As autoras dão destaque para a relevância do tema do desenvolvimento regional, uma vez que estas três SDRs contribuem com 36% do PIB de Santa Catarina. Para as autoras, apesar da manutenção das disparidades inter-regionais, as SDRs significaram o rompimento com a forma tradicional da gestão pública e estabeleceram um novo paradigma de desenvolvimento econômico focado no âmbito regional e local, o que permitiu a constituição de espaços de diálogos e articulação dos atores sociais destinados à construção de parcerias econômicas e sociais.

O quarto artigo, de autoria de Luiz Alberto Neves - do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi) de Rio do Sul - apresenta um cenário das

experiências na aplicação dos recursos considerando um estudo de caso específico da SDR de Rio de Sul, entre os anos de 2004 e 2007. O autor considera também que a prática do projeto de descentralização e implantação da SDR e os rumos tomados são contrários às teorias e ao discurso da campanha de descentralização. Apesar dos recursos aumentarem consideravelmente para a região delimitada pela SDR, prevalece ainda a influência político-partidária das oligarquias locais no seu direcionamento. Assim, existem dois momentos/fases do desenvolvimento da região: antes e depois da criação da SDR.

O último artigo, de Franklin Carlos Zummach e Ivo Marcos Theis - da Universidade Regional de Blumenau (FURB) - apresenta um estudo sobre o estado da arte do planejamento regional, dando ênfase ao período das experiências das SDRs em Santa Catarina. Partem da hipótese de que houve um crescimento no volume da produção acadêmica e científica sobre o planejamento regional em Santa Catarina no período de 2001 a 2012. Tal estudo teve como objetivo central construir um quadro atualizado da produção intelectual por meio de um inventário da produção acadêmica e científica do planejamento regional de origem governamental. Os resultados apontam para o expressivo número de pesquisas no panorama geral do planejamento regional em Santa Catarina, confirmando a hipótese de que a partir de 2004 cresceu consideravelmente a produção acadêmica e científica. Porém, a partir de 2011 esta trajetória se inverteu com a redução dos referidos trabalhos.

Este conjunto de considerações e conclusões a que chegaram os diversos autores em suas obras acadêmicas e científicas que a revista NECAT ora divulga, aponta para a necessidade cada vez maior de espaços de diálogos e discussões que permitem uma compreensão maior do processo político em curso. E isto será mais bem observado quando ocorrer uma participação mais ativa e direta dos atores sociais regionais. Tal aspecto será decisivo na construção de parcerias econômicas e tomada de decisões estratégicas sobre os rumos do desenvolvimento local e regional no estado de Santa Catarina.

Entendendo que é isso que fará a diferença para a sociedade catarinense ao longo deste século XXI, o NECAT deixa a todos mais esta contribuição.

Os Editores